

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.025 - SC (2019/0210658-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : CLAUDIONEI RODRIGUES LACERDA
ADVOGADO : RODOLFO MACEDO DO PRADO - SC041647

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. PRONÚNCIA. QUALIFICADORAS DO FEMINICÍDIO. JUÍZO DE VALOR. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. NATUREZA OBJETIVA. AFERIÇÃO. *ANIMUS*. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa no Recurso em Sentido Estrito n.º 00006009-30.2017.8.24.0004, assim ementado (fls. 572-573):

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO TORPE, MEIO CRUEL, RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA E COMETIDO CONTRA MULHER EM RAZÃO DA CONDIÇÃO FEMININO (FEMINICÍDIO) (CP, ART. 121, § 2º, I, III, IV e VI C/C SEU § 2.º-A, I); TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO TORPE, MEIO CRUEL E RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA (ART. 121, § 2º, I, III e IV, C/C O 14, II); VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO DURANTE O PERÍODO NOTURNO (CP, ART. 150, § 1º); E AMEAÇA (CP, ART. 147, CAPUT). PRONÚNCIA. RECURSO DO ACUSADO.

1. PLEITO DE DESPRONÚNCIA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DEPOIMENTOS COLHIDOS EM JUÍZO. 2. QUALIFICADORAS. 2.1. INDÍCIOS DE QUE A MORTE FOI OCASIONADA PORQUE O ACUSADO IMAGINAVA QUE AS VÍTIMAS FORAM A CAUSA DO FIM DE SEU RELACIONAMENTO. 2.2. MEIO CRUEL. GOLPES DE BARRA DE FERRO NA CABEÇA. 2.3. VÍTIMAS SURPREENDIDAS COM OS ATAQUES ASSIM QUE DESEMBARCARAM DE VEÍCULO. 2.4. FEMINICÍDIO. AÇÃO DELITIVA PRATICADA CONTRA A SOGRA. 3. CRIMES CONEXOS. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO E AMEAÇA.

1. Havendo versão nos autos que atribui a autoria dos delitos

ao acusado, amparada nas palavras da vítima sobrevivente, de sua ex-companheira e dos vizinhos desta, correta é a decisão de pronúncia que remete o julgamento da matéria ao Conselho de Sentença do Tribunal do Júri, a quem compete soberanamente o exame aprofundado da prova relativa aos crimes dolosos contra a vida.

2.1. Se há indicativos nos autos de que os crimes foram motivados por sentimento de ódio, ocasionado porque o acusado imaginava que as vítimas influenciaram sua ex-companheira a terminar o relacionamento que mantinham caberá ao Tribunal do Júri deliberar sobre a existência da circunstância e se ela configura motivo torpe.

2.2. Caso haja indicativos de que os homicídios foram praticados mediante golpes efetuados com uma barra de ferro, caberá aos Senhores Jurados avaliarem se o fato se ajusta à exasperadora do meio cruel.

2.4. A morte de mãe afetiva da ex-companheira, com a qual o acusado não convivia, não configura a qualificadora do feminicídio.

3. Se a vítima afirma que, momentos antes dos, em tese, delitos dolosos contra a vida, o acusado invadiu sua residência, arrombando a janela, o julgamento do crime conexo caberá ao Tribunal do Júri.

Os dizeres da vítima sobrevivente, aliados às palavras de uma testemunha, no sentido de que o acusado a ameaçou de morte, após tentar matá-la, são suficientes para a pronúncia pelo delito de ameaça.

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA AFASTAR A QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO."

Alega o Recorrente a violação dos arts. 121, § 2.º, inciso IV, § 2.º-A, do Código Penal, no art. 5.º, inciso II, da Lei n.º 11.340/2006, e no art. 413, *caput*, e § 1.º, do Código de Processo Penal, sustentando ser descabida a exclusão da qualificadora do feminicídio, o qual somente poderia ocorrer, na fase de pronúncia, quando manifestamente improcedente. Diz que o Recorrido e a Vítima tinham relação de genro e sogra e que, por si só, seria suficiente para caracterizar a violência doméstica e familiar, sendo prescindível a "*coabitação e a convivência contemporânea entre o agressor e a mulher*" (fl. 657).

Pede o provimento do recurso, com o restabelecimento da qualificadora.

Oferecidas contrarrazões (fls. 707-717), admitiu-se o recurso na origem (fls. 719-726).

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo provimento do recurso (fls. 739-749).

É o relatório.

Decido.

Extrai-se do acórdão recorrido, no voto vencedor, na parte em que excluiu a qualificadora do feminicídio (fl. 601; sem grifos no original):

"Na situação em tela, a vítima seria ex-sogra do acusado e chegou ao local dos fatos para defender a filha, que reclamava socorro em face das ações do denunciado. Segundo se observa, as atitudes imputadas ao réu teriam sido cometidas com o afã de impedir que tanto a ex-sogra, como também a segunda vítima, um homem que a acompanhava, lograssem êxito em proteger a ex-companheira do acusado. A conduta não seria oriunda de uma relação familiar, pois a ofendida não residia com o réu, tampouco mantinha ainda um convívio, e igualmente não decorreu de menosprezo ou discriminação à condição de mulher, pois no mesmo contexto encontrava-se um homem que também teria sido vítima das ações supostamente praticadas pelo acusado, e com o mesmo modus operandi.

O que se percebe-se, portanto, é a descrição de um delito em que as vítimas não possuíam nenhuma característica especial capaz de qualificar o delito para além das outras três qualificadoras já reconhecidas (motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa)."

Como se vê, na hipótese dos autos, ao excluir as qualificadoras, a Corte estadual destoa da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual *"somente devem ser excluídas da decisão de pronúncia as circunstâncias qualificadoras manifestamente improcedentes ou sem nenhum amparo nos elementos dos autos, sob pena de usurpação da competência constitucional do Tribunal do Júri"* (AgRg no HC 429.228/PR, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 12/03/2019, sem grifos no original.)

Outrossim, conforme o entendimento desta Corte Superior, a qualificadora do feminicídio é de natureza objetiva, dispensando a análise do *animus* do agente. Assim, mostra-se descabida a sua exclusão na fase de pronúncia.

Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS. MOTIVO TORPE. FEMINICÍDIO. PRONÚNCIA. EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA. NATUREZAS DISTINTAS DAS ADJETIVADORAS. COEXISTÊNCIA. POSSIBILIDADE. FEMINICÍDIO. NATUREZA OBJETIVA. AFASTAMENTO MEDIANTE ANÁLISE SUBJETIVA DA MOTIVAÇÃO DOS CRIMES. INVIABILIDADE.

[...]

3. É inviável o afastamento da qualificadora do feminicídio mediante a análise de aspectos subjetivos da motivação do crime, dada a natureza objetiva da referida qualificadora, ligada à condição de sexo feminino.

4. A exclusão das qualificadoras na fase de pronúncia somente é possível quando manifestamente improcedentes, pois a decisão acerca de sua caracterização deve ficar a cargo do Conselho de Sentença.

5. Recurso provido." (REsp 1739704/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 26/09/2018).

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA ALTERADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INCLUSÃO DA QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO. ALEGADO BIS IN IDEM COM O MOTIVO TORPE. AUSENTE. QUALIFICADORAS COM NATUREZAS DIVERSAS. SUBJETIVA E OBJETIVA. POSSIBILIDADE. EXCLUSÃO. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. ORDEM DENEGADA.

1. Nos termos do art. 121, § 2º-A, II, do CP, é devida a incidência da qualificadora do feminicídio nos casos em que o delito é praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar, possuindo, portanto, natureza de ordem objetiva, o que dispensa a análise do animus do agente. Assim, não há se falar em ocorrência de bis in idem no reconhecimento das qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio, porquanto, a primeira tem natureza subjetiva e a segunda objetiva.

2. A sentença de pronúncia só deverá afastar a qualificadora do crime de homicídio se completamente dissonante das provas carreadas aos autos. Isso porque o referido momento processual deve limitar-se a um juízo de admissibilidade em que se examina a presença de indícios de autoria, afastando-se, assim, eventual usurpação de competência do Tribunal do Júri e de risco de julgamento antecipado do mérito da causa.

3. Habeas corpus denegado." (HC 433898/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018).

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para restabelecer a sentença de pronúncia.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora